

EM ENTREVISTA EXCLUSIVA PARA O "ESTADO DO RIO GRANDE" O PRESIDENTE NACIONAL DO PARTIDO DO LIBERTADOR FALA SÔBRE O PANORAMA POLÍTICO NACIONAL, A SUCESSÃO PRESIDENCIAL, A CANDIDATURA JUSCELINO KUBITSCHK, A PROBABILIDADE DE UM GOLPE MILITAR, A POLÍTICA FINANCEIRA DO SR. EUGÊNIO GUDIN E A INEVITÁVEL VITÓRIA DA EMENDA PARLAMENTARISTA NA ATUAL LEGISLATURA

21. III. 55

Como se sabe, esteve por alguns dias em Pôrto Alegre, depois de ter feito uma estação de repouso em Iraí, o professor Raul Pilla, presidente nacional do Partido Libertador, líder do movimento parlamentarista em nosso país e deputado federal pelo Rio Grande do Sul.

Dada a enorme autoridade moral e política do eminente líder brasileiro, o ESTADO DO RIO GRANDE julgou oportuno ouvir a sua abalizada palavra sôbre a grave conjuntura por que atravessa o país.

Eis as perguntas que formulamos ao sr. Raul Pilla e as respostas que o ilustre homem público nos deu:

— Que acha do panorama político nacional?

«— Saindo agora de prolongado e saudável retiro, pouco posso dizer a respeito do atual panorama político nacional: as minhas impressões, ou não atrasadas, ou distanciadas. Parece-me, porém, que nada substancialmente se modificou nas semanas em que tenho estado ausente do Rio. E' a mesma confusão, talvez agravada, e a mesma incerteza. E, sobretudo, deficiência de liderança, o que favorece a ação dos ousados e inescrupulosos. Em suma, consequência da decadência política, a que nos condenou o regime. E', pois, um panorama sombrio.»

— Sôbre a sucessão presidencial, o que nos pode dizer?

«— Que poderei eu dizer sôbre a sucessão presidencial? Ela constitui sempre uma crise grave, que não raro se faz crise do regime. Parece ser este o caso agora. Alguns, eu inclusive, procuraram evitá-la com a reforma. Não fomos ouvidos, quando era tempo. Agora só nos resta encomendar-nos à Providência Divina. Será esta, provavelmente, a pior das nossas campanhas presidenciais.»

— Não acha que as forças de oposição a Juscelino estão a perder tempo, não lançando imediatamente seu candidato?

«— E' claro não ser das mais aconselháveis a tática contemporizadora. O sr. Juscelino Kubitschek não perdeu tempo e começou a sua campanha antes de ser candidato do seu partido. Mas há outros fatores, que é preciso tomar em consideração. Por exemplo, a condição estipulada na convenção do PSD, que o sr. Juscelino logre para a sua candidatura o apoio de outros partidos. Convém esperar, assim, que o fato se caracterize perfeitamente. Demais, não basta um candidato: é

preciso que seja também um grande candidato, não porque grande candidato seja o antagonista, mas porque grandes são os seus recursos.»

— Acha que existe realmente o perigo de um golpe militar?

«— Corresponde quase esta pergunta a estoutra: pensa que haverá algum temporal este ano? Em verdade, o sistema presidencial na América Latina traz freqüentemente borrascas, por ocasião da sucessão: revoluções, golpes de Estado, ditaduras. As soluções de força estão, senão na lógica, pelo menos na dinâmica do sistema.

A possibilidade, portanto, existe sempre e muito mais na presente situação.»

— Que nos diz sôbre a política financeira do sr. Eugênio Gudin? Acha justas, ou fundadas, as críticas que a quase totalidade da imprensa brasileira lhe vem fazendo?

«— Não me reconheço nenhuma autoridade na matéria. Parece-me, porém, acertada em suas linhas a política financeira do Ministro da Fazenda. Talvez falte ao eminente professor Eugênio Gudin certa plasticidade, que a vida política ensina ainda aos mais rígidos. E talvez tenha cometido alguns erros de ordem secundária. Mas é só.

E' certo que a política do Ministro tem recebido numerosas críticas. E' natural, principalmente num país tão pobre de espírito público. Ninguém gosta de retrições e sacrifícios, mas a verdade é que sem abnegação não se salvará o país.

— Que nos diz sôbre a Emenda Parlamentarista? Acha provável a sua aprovação na atual Legislatura?

«— Sim, acho provável e, quase diria, inevitável. Mas será um processo longo, que, na melhor das hipóteses, levará dois anos: no primeiro ano, duas discussões na Câmara e duas discussões no Senado; no segundo ano, a mesma cousa, e tudo por maioria absoluta. Como se vê, será tratamento de fundo, mas não remédio de urgência.

Há, é certo, a possibilidade de aprovação por dois terços, caso em que todo o processo se poderia reduzir a um ano. Mas é pouco provável. Os candidatos e todos quantos tivessem interesses ligados a determinação da candidatura poderiam impedir a reforma, desde que alcançassem um terço de cada uma das casas do Congresso. Em resumo: os evidentes perigos da sucessão presidencial aconselhariam a reforma; mas é a própria sucessão o que no momento, a impede.»